

DOMINGO, 22 DE NOVEMBRO DE 1925

DIÁRIO DA MANHÃ

PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

PREÇO 30 CENTAVOS - ANO VII - N.º 2141

Uma manifestação contra as deportações

Que as prisões sem culpa formada, que se mantêm nas esquadras, e as deportações sem julgamento constituem uma arbitrariedade condenável já não oferece dúvidas a ninguém.

A confusão que a imprensa burguesa logo a seguir às deportações estabeleceu no espírito do público, tentando obliterar-lhe as sãs noções da justiça está completamente desfeita, devido à campanha moralizadora da *A Batalha*, as manifestações do proletariado e por último à atitude assumida há poucos dias por sessenta intelectuais que num manifesto eloquente puseram a questão com nitidez e clareza.

Hoje não há ninguém que, possuindo uma consciência recta e um coração generoso, não adivinhe, sob a máscara hipócrita da defesa da ordem, o maior atentado contra o verdadeiro espírito de ordem que nestes últimos vinte anos se tem cometido.

As deportações ultrapassaram a ignobil arbitrariedade da lei de 13 de Fevereiro que os republicanos tanto combateram nos últimos anos da monarquia. Por crimes menores, menos odiosos, rolam os corpos do rei e do príncipe sob as balas dos vindouros.

Há seis meses que apodrecem na cadeia algumas dezenas de homens sobre os quais impõe o ódio desenfreado da polícia, cuja força se sobrepõe às leis e se prepara para esmagar até as decisões dos tribunais.

Em Portugal não existe a força da lei, nem o prestígio dos tribunais, — existe apenas a força da polícia, a força bruta, que pretende fazer abafar a voz da Justiça, e calar o prestígio das instituições normais e constitucionalmente estabelecidas.

Mas a força da opinião pública, que é uma força moral que as balas não atingem, que as espadas não podem ferir, que os canhões não conseguem derrubar, pára mais alto. Ela acusa e reclama.

Acusa os governos de crimes horríveis até hoje impunes, reclama uma reparação imediata — o regresso dos deportados e a libertação ou o julgamento em Lisboa das criaturas arbitrariamente presas sem culpa formada.

Intérprete dessa opinião, a Câmara Sindical do Trabalho, que no seu seio reúne a maioria esmagadora dos sindicatos operários, resolveu na sua última reunião organizar uma manifestação monstro e eloquente perante o parlamento para que todos vejam que o povo, o verdadeiro povo reclama Justiça.

Sessão de protesto contra as deportações

Na terça-feira, pelas 20 horas, realiza-se na sede dos Sindicatos dos Litógrafos e Carruageiros, uma sessão de protesto contra o regime das deportações e prisões arbitrárias. Nesta sessão devem falar delegados da C.G.T. e Comissão pró-regresso dos deportados e tem lugar na rua do Arco da Graça, 10, 2.º

LEIAM ÁMANHÃ

O SUPLEMENTO SEMANAL DE

A BATALHA

SUMÁRIO:

Carta ao Presidente da República da Finlândia sobre uma campanha moralizadora da sua polícia, pela Voz que clama no deserto.

Do elogio mútuo, por Costa Correia, A fôr dos simples, por Cristiano Lima, A nobre arte do toureio, por Serra Frazão.

A decadência das élites, por Eduardo Frias.

Editores e autores, por Ferreira de Castro.

Ecos da Semana, por F. de C. Opiniões, versos de Salazar Carreira, Deus, por José Carlos de Sousa.

Crónica internacional, O que todos devem saber..., Chico, Zecas & C., (com gravuras), Desenhos de Stuart Carvalhais.

Entrando no dia 7 de Dezembro no 3.º ano da sua publicação, o Suplemento semanal de *A Batalha* apresenta-se há, a partir desse dia, com novo aspecto gráfico.



Confederação Geral do Trabalho PORTUGAL

Aos Sindicatos, Uniões e Federações

CIRCULAR N.º 53

Caros camaradas:

Encontram-se em luta contra a tentativa de redução de salários a classe corticeira, as chacineiras de Aldeagalega e noutras indústrias, embora isoladamente, certas categorias de operários também estão a braços com movimentos que têm o mesmo objectivo.

A Confederação Geral do Trabalho, atenta sempre com todos os movimentos, não pode, contudo, deixar de frisar que a luta da classe corticeira — que abrange cerca de 12 mil pessoas, quase outras tantas famílias! — pela sua extensão a grande número de localidades onde o seu espírito revolucionário e de solidariedade se fazem sentir consideravelmente junto das demais classes, reveste um carácter muito especial.

Devendo a todo o custo sair vitoriosa, como as demais classes que estão em luta, do heróico movimento, esse triunfo impõe-se por uma forma absoluta, pois a suceder o contrário, a sua derrota seria a derrota das restantes classes que têm sobre si suspensa igual ameaça.

O industrialismo, espreitando o momento propício para o assalto, espera poder conseguir os seus fins criminosos, abatendo ora uma ora outra classe. Vencendo as primeiras, facilmente vence as restantes.

A C. G. T. chama, pois, a atenção de todos os organismos sindicais do país para esta tática industrial, exortando-os a manifestarem sem perda de tempo a solidariedade às classes em luta, por afirmações públicas que se possam traduzir num auxílio íntimo, efectivo e imediato, por todos os meios, enfim, que de algum modo alentem os grevistas, demonstrando assim à classe exploradora, por actos de boicotagem, mesmo pela sabotagem, que o operariado sabe empregar colectivamente, toda a sua resistência contra as suas nefastas manobras.

Que todo o proletariado tome como sua a luta das classes corticeira, de chacineiras, etc., contribuindo com toda a sua energia e solidariedade para o seu triunfo, são, em nome da C. G. T., os votos do Comité Confederal.

Saudão e Solidariedade.

Liboa, 20 de Novembro de 1925.

Manuel da Silva CAMPOS

(Secretário administrativo)

A guerra de Marrocos

Os soldados franceses estão sem abrigos nas montanhas do Rif

Os combatentes da guerra de 1914 devem suportar o que seja os sofrimentos dos soldados da fronte rifeira, a 1200 ou 1400 metros de altitude, no meio da neve que há alguns dias cai abundantemente sobre as montanhas do norte de Marrocos.

Na frente rifeira, até agora, os soldados só se podem deitar no chão e ao relento. O frio terrível das últimas noites tem causado inúmeras baixas nos efectivos franceses.

O alto comando, que não tinha organizado, da tal forma estava convencido da

vitória certa da ofensiva de Setembro e Outubro, informou a imprensa burguesa que está preparando os alojamentos de inverno para as suas tropas.

Até aí não fôr feito. Só agora começam preocupando-se em substituir as baracás de campagna por casas de madeira.

O jornal *o Temps* do dia 16 dizia o seguinte: «As nossas tropas estão preparando, com toda a rapidez, a substituição das baracás de lona por casas de madeira, cuja instalação fôr retardada pelas dificuldades de transporte, resultantes do estado lastimoso em que se encontram as estradas».

No entretanto, os infelizes soldados vão morrendo de frio e doenças, no meio das montanhas rifeiras.

Primo de Rivera fala aos jornalistas

MADRID, 18. — Entrevistado pelo representante da *Correspondência Militar*, o general Primo de Rivera declarou entre outras coisas que as operações de Marrocos continuarião este inverno e próxima primavera, durante todo o tempo que for necessário para desbaratar completamente o núcleo de «rebeldes» agrupados em volta de Abd-el-Krim.

O plano do comando espanhol restabelece o domínio da Espanha sobre toda a zona do protectorado, por meio dumha organização «cherifiana», sem que seja necessária ocupação efectiva de todo o território pelas tropas espanholas.

Quanto à mudança de regime do governo, Primo de Rivera afirmou que os acontecimentos políticos devem ser observados com calma e paciência.

No entanto, isso não impede que se proponha ao rei, para quando ele o julgar conveniente, uma substituição de pessoas e uma mudança de métodos de governo na pais.

A propósito de futura assemblea Nacional, Rivera disse que a opinião transmitida ao director do *A B C* era simplesmente uma opinião pessoal. O ditador acha que antes de restabelecer um sistema parlamentar definitivo, seria preferível reunir uma grande assemblea, à qual submeteria os assuntos de mais alta importância, principalmente os que se referem ao regime parlamentar futuro.

Bombardamento de Tetuão

TANGER 19. — O correspondente do *London Westminster Gazette* telegrafou dizendo que o bombardeamento de Tetuão, pelos rifeños, que cessara durante a cerimónia de instalação do novo califa, recomeçou com uma violência extraordinária. Mais de 6.000 pessoas tiveram que abandonar a cidade.

Primo de Rivera pimão

MADRID, 21. — O general Primo de Rivera declarou em Larache que a Espanha prosseguirá na luta até completa derrota de Abd-el-Krim, fazendo incidir o seu maior esforço na região de Agadir, que continua sendo o principal foco de rebeldes.

Pela organização ferroviária

Por absoluta falta de espaço, só depois de amanhã poderemos publicar um artigo sobre o conselho latente entre a Federação Ferroviária e o Sindicato da C. P.

Confederação Geral do Trabalho PORTUGAL

Aos Sindicatos, Uniões e Federações

CIRCULAR N.º 53

Caros camaradas:

A SAÚDE DO PVO

A enfermaria de entrados da 2.ª Divisão Sexual é a mais execrável dependência do Manicómio Miguel Bombarda

Antes de iniciarmos a digressão pela 2.ª Divisão Sexual, ou seja pelas dependências destinadas a loucas, vejamos a diferença existente na admissão de enfermos no Manicómio Miguel Bombarda.

Como nos restantes, o hospital dos alienados tem duas categorias de doentes: indigentes e pensionistas. Indigentes são os loucos hospitalizados por favor; pensionistas são os loucos que pagam hospitalização.

Para estes últimos há três classes, para as quais se estabeleceu as seguintes mensalidades: 1.ª classe, 900\$00; 2.ª classe, 600\$00; 3.ª classe, 300\$00.

O leitor poderá parecer que o facto dos segundos doentes pagarem lhes proporciona uma melhor situação, um estágio mais agradável. Não sucede assim, como demonstraremos na devida altura.

Em algumas dependências de pensionistas verifica-se este paradoxo: a sua fisionomia é tão trágica que nem se assemelha em pobreza à fisionomia das piores instalações de indigentes. Causas determinantes? A falta de reparação que a carência de material d'origem. Esta situação é extensiva às duas divisões, quer dizer às dependências dos dois sexos.

Penetremos agora na 2.ª Divisão. A' entrado um enfermo que há cerca duma hora nos seguia, com uma certa inquiétude nossa, pede vênia para nos falar. Alguém que nos acompanha e que vive há muitos anos no hospital, garante-nos que é tão louco como qualquer de nós.

Aquietemos, então, ao convite. O nosso imprenta, enquanto o económico do Manicómio falava com o director da *Batalha* sobre problemas de administração, conta-nos a sua odiseia, tóda plena de vicissitudes que tem a sua origem em Lamego e a sua influência máxima na Procuradoria Geral da República... Esta odiseia é tão grave que não cabe no espaço d'este artigo. Vira depois...

Já na primeira enfermaria da Divisão em referência, com capacidade para 53 doentes (indigentes), foi-nos sumamente grato constatar o asseio em que se encontrava. De aspecto convencional, esta enfermaria asperge alegria que dimana da alvura dos seus tecidos e paredes e da conservação em que se encontra. Disseram-nos que aquela é o estádio normal da enfermaria. Antes assim.

A sr.º Dr. Albertina do Espírito Santo, enfermeira-chefes, que solicita-nos nos acompanha agora, informa-nos que todo aquele cuidado se deve aos próprios doentes, pois a enfermaria apenas tem duas enfermeiras.

Junto do refeitório, que está no ventre da enfermaria, que há cerca duma hora nos seguia, com uma certa inquiétude nossa, pede vênia para nos falar. Alguém que nos acompanha e que vive há muitos anos no hospital, garante-nos que é tanto louco quanto qualquer de nós.

Nas dependências da enfermaria (?) de medicina e cirurgia não conseguem destoar da repugnância que nos provocou o estado de saúde dos doentes.

Agora a visita vai fazer-se nas dependências dos pensionistas. Para que o paradoxo acima fazemos referência não perca no colorido, só na terça-feira será dado à estampa.

As condições da enfermaria (?) de medicina e cirurgia não conseguem destoar da repugnância que nos provocou o estado de saúde dos doentes.

As condições da enfermaria (?) de medicina e cirurgia não conseguem destoar da repugnância que nos provocou o estado de saúde dos doentes.

As condições da enfermaria (?) de medicina e cirurgia não conseguem destoar da repugnância que nos provocou o estado de saúde dos doentes.

As condições da enfermaria (?) de medicina e cirurgia não conseguem destoar da repugnância que nos provocou o estado de saúde dos doentes.

As condições da enfermaria (?) de medicina e cirurgia não conseguem destoar da repugnância que nos provocou o estado de saúde dos doentes.

As condições da enfermaria (?) de medicina e cirurgia não conseguem destoar da repugnância que nos provocou o estado de saúde dos doentes.

As condições da enfermaria (?) de medicina e cirurgia não conseguem destoar da repugnância que nos provocou o estado de saúde dos doentes.

As condições da enfermaria (?) de medicina e cirurgia não conseguem destoar da repugnância que nos provocou o estado de saúde dos doentes.

As condições da enfermaria (?) de medicina e cirurgia não conseguem destoar da repugnância que nos provocou o estado de saúde dos doentes.

As condições da enfermaria (?) de medicina e cirurgia não conseguem destoar da repugnância que nos provocou o estado de saúde dos doentes.

As condições da enfermaria (?) de medicina e cirurgia não conseguem destoar da repugnância que nos provocou o estado de saúde dos doentes.

As condições da enfermaria (?) de medicina e cirurgia não conseguem destoar da repugnância que nos provocou o estado de saúde dos doentes.

As condições da enfermaria (?) de medicina e cirurgia não conseguem destoar da repugnância que nos provocou o estado de saúde dos doentes.

As condições da enfermaria (?) de medicina e cirurgia não conseguem destoar da repugnância que nos provocou o estado de saúde dos doentes.

As condições da enfermaria (?) de medicina e cirurgia não conseguem destoar da repugnância que nos provocou o estado de saúde dos doentes.

As condições da enfermaria (?) de medicina e cirurgia não conseguem destoar da repugnância que nos provocou o estado de saúde dos doentes.

As condições da enfermaria (?) de medicina e cirurgia não conseguem destoar da repugnância que nos provocou o estado de saúde dos doentes.

As condições da enfermaria (?) de medicina e cirurgia não conseguem destoar da repugnância que nos provocou o estado de saúde dos doentes.

As condições da enfermaria (?) de medicina e cirurgia não conseguem destoar da repugnância que nos provocou o estado de saúde dos doentes.

SOBRE UM ALVITRE

Procuremos tornar conhecidas as violências do desporto e só assim as destruiremos

Não nos cansaremos de bradar pela moralização dos exercícios físicos, enquanto a *Batalha* nos conceder um cantinho onde possamos alinhar as nossas considerações...

Ainda há poucos dias um telegrama de Espanha informava que se tinham esfaqueado... sportivamente os partidários de vãos «onzes» e já os jornais de hoje inserem novo telegrama do mesmo país onde se reia um enorme tumulto em que interveiu a fórmica armada e a que deu motivo o fervor de paixões e partidarismos diversos entre jogadores e espectadores do futebol.

Como educação... pugilista não há que exigir mais! «Nuestros hermanos» estão a dar-nos um tão magnífico exemplo de disciplina social ministrada pela educação sportiva da raça que, a continuarem assim, muito teremos que lhes agradecer o auxílio real que nos prestam na luta contra o famigerado sport!

Temos a certeza de que todo o mundo reconhece já que o futebol, de todos os sports o mais violento e aquele que maior número de vítimas faz entre nós, ha-de acabar por ser olhado como um péssimo exercício cujo objectivo parece ser a criação de desordens valentes, para combater aqueles que não palmeiam as suas habilidades sportivas. Mas para que esse estúpido sport seja classificado como merece, necessário torna deventar, ventilar, difundir a luta contra o excepcional exercício e sobre tudo mostrar bem que a tal «mens sana» que os dirigentes dos clubes pretendem reivindicar para os seus jogadores, não passa de uma blague ou, como sózinho dizerei, o anzol com que «peçam» os inúmeros escudos aos «habitantes» do asqueroso jôgo.

Temos para nós que uns dos melhores meios de combater a paixão que o futebol desencadeia entre a mocidade, seria proceder-se a uma abundante colheita fotográfica de todas as violências que dentro e fora dos campos os seus jogadores e os seus apologistas praticam. De facto uma boa reportagem fotográfica de rasteiras, sôcos, marradas, carregadelas, e outras escenas de pugilato que tão vulgares são nos meios futebolistas, daria melhor do que todas as palavras a ideia exacta do rancor com que é vulgar tratar-se os adversários (!) nesta espécie de jôgo de que estamos a tratar. Infelizmente as fotografias ficariam muito caras e só dirigindo-se a particulares pedindo a sua cooperação, a *Batalha* poderia dar ao seu público a ideia do que são as violências perigosas do futebol.

Não poderia porém a *Renovação*, a excecente revista operária que dia, a dia vem tornando mais ampla e perfeita, a sua reportagem fotográfica de actualidades, não poderia essa nossa revista ser a depositária do nosso arquivo de fotografias anti-futebolistas? Certamente que sim, visto que a sua redacção pede a todos os camaradas o envio de fotografias que interessem os meios operários, e as fotografias a que nos referimos devem interessar pelo menos aqueles que têm pelo futebol a noção exacta de que este violento exercício é um dos factos mais poderosos das imoralidades que por toda a parte vemos.

* * *

E' necessário que a mocidade operária reaja contra o perigoso vício do futebol, e das consequentes violências, intrigas e rivalidades! Para isso tem que afastar-se dos clubes que só procuram conseguir à custa dos jogadores verbas que chegam ao exagero de muitos milhares de escudos. E criando as secções de saúde adentro dos sindicatos, cultivando os sports úteis como a corrida, a natação, o passeio, o camping e tantos outros que não implicam rivalidades estúpidas, a mocidade operária terá amanhã o desenvolvimento físico de que tanto precisa para resistir ao extenuante trabalho que a oficina infecta lhe proporciona! —Ego.

INSTRUÇÃO

Uma récita em auxílio das Escolas no Sítio da Construção Civil

Realiza-se hoje, pelas 21 horas, promovida pela Comissão Escolar da Central, uma récita em auxílio das Escolas do S. U. Construção Civil, em que subirá à cena na 1.ª parte, a peça *Que pena ser só ladrão*, e a hilariante comédia em 1 acto *Sem mulher e sem bigode*. 2.ª parte: Drama em 1 acto, *O triunfo e a comédia*. *O gêro e o criado*. Atendendo ao excelente programa e ao fim a que é destinado, a comissão Escolar espera que todos os camaradas concorram a esta récita, pois que além de se distrairem um pouco prestam o auxílio à instrução.

Caixeiros de Lisboa

Já funcionam as aulas que esta Associação dos Caixeiros de Lisboa mantém, excepto a de comércio, a qual inicia amanhã os seus trabalhos. As matrículas para qualquer disciplina, encerram-se definitivamente em 30 de Novembro.

Sociedades de recreio

Concentração Musical 24 de Agosto.

Hoje, «matinée» dansante, e às 21 horas baile.

IMPRENSA

Duas querelas

O dr. sr. Marques da Costa, presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Lisboa, querelou os jornais *O Mundo* e *A Época* por locais que os mesmos publicaram e que considera atentatórios da sua honrabilidade.

TEATRO SÃO LUIZ A pedido da Colónia Espanhola

Ainda HOJE há uma récita dada pela notável

LA GOYA que cantará acompanhada pela companhia portuguesa *O PASO-DOBLE DO CORO DE LOS MANTONES* da zarzuela Pobre Valbuena com a orquestra regida pelo notável maestro SERAFIN RADA

O es. ecclésia começo pela espetacular opereta

A MONTANIA

AINDA AS ÁGUAS DO ANDALUZ

Uma calúnia que precisa de ser destruída

Um jornal da manhã de anteontem, a propósito das tão debatidas águas de Andaluz, traz, muito escondida, uma local que responde ao seguinte:

«A junta de freguesia de São Sebastião da Pedreira, tendo novamente procurado o vereador sr. Raúl Caldeira, foi-lhe pelo mesmo senhor declarado que todas as obras a fazer na nascente com a canalização das referidas águas serão feitas por conta da Câmara Municipal.

Ignoramos quem deu esta informação, a qual demonstra bem a pouca seriedade de Tôda a gente que nos rodeia.

Os leitores devem estar lembrados de que se formou uma comissão, composta de entidades honestíssimas e trabalhadoras, com o fim de angariar publicamente, fundos para a compra do tubo de ferro galvanizado necessário à canalização das águas.

A junta de freguesia de São Sebastião da Pedreira não ignora o facto. Tôda a imprensa, a ele se referiu. E não o deve ignorar, sobretudo porque, ela própria, prometeu à comissão de melhoramentos das referidas águas contribuir com qualquer verba para essas obras.

O engenheiro sr. Raúl Caldeira também não deve ignorar que existia uma comissão com várias listas públicas abertas com o fim de angariar os fundos necessários para essa canalização. E não o deve ignorar, tanto mais que, ao princípio, a comissão de melhoramentos destinava o produto da subscrição à compra de um filtro, tendo sido determinado que esses fundos revertem para a compra da canalização, por proposta e conselho desse mesmo senhor.

O próprio ministro do Trabalho, tendo certamente a impressão de que a referida Comissão era honesta e procurava arranjar dinheiro para um fim de utilidade pública, determinou concorrer com a verba de 4 contos para essa subscrição.

Nos próprios, tôda a gente que lê os jornais, sabíamos que havia uma comissão destinada a fazer uma subscrição pública para a compra da canalização conveniente para as águas de Andaluz.

Como se compreende pois que agora, muito à surpresa, apareça uma notícia num jornal diário, afirmando que «as obras a fazer na nascente com a canalização das referidas águas serão feitas pela Câmara Municipal?

Depreende-se então que os membros da comissão de melhoramentos das águas de Andaluz são uns vigaristas... uns «escrocs»!

Esta comissão andara vigarizando o público, pedindo-lhe dinheiro para umas obras que afinal são custeadas pela Câmara Municipal!

És a afirmar que tem de ser provada por alguém e que dela tem de tomar a responsabilidade.

Os ataques mesquinhos, que denotam uma enorme baixaria moral de quem os praticou, e de que os defensores dos melhoramentos nas referidas águas têm sido alvos, ainda não findaram.

Mas o que interessa neste momento é saber qual a entidade que pediu a publicação da local a que aludimos e se dela toma os seguintes assuntos:

1.º Relato dos trabalhos e apresentação de contas por parte da comissão incumbida de negociar, em nome da Caixa de Previdência, a compra do prédio da rua do Loretto, n.º 13 a 19.

2.º Projeto com as condições de arrendamento de um «modus-vivendi» a estabelecer entre as direcções da Caixa de Previdência e do Sindicato para garantia da instalação desse último organismo no andar vago do prédio da rua do Loretto, n.º 13 a 19. 3.º Consulta sobre a admissão de sócios que se encontram em determinadas condições.

Depois de se terem caluniado inúmeras pessoas honestíssimas, não há o direito de conservar o silêncio... e o incômodo! Quem acusa, embora indirectamente, mostra-se! Ficamos a esperar.

ACREDITA:

A quem é devido o enquadramento orgânico só tem um imenso poderoso

A

NUCLEO CALCINA

TÓNICO ENÉRGICO

ESCENTÍFICO

Usado pessoalmente

pelos nossos primeiros

médicos

Superior a todas as imitações nacionais e estrangeiras

LABORATÓRIOS DA FARMACIA FORMOSINHO

Praca dos Restauradores, 18 LISBOA

Rendimentos dos operários

António Alves, guarda do molhe 5 na estação de Santa Apolónia, foi vítima dum desastre ontem, na referida estação, tendo ficado sem um dedo da mão esquerda, quando procedia à abertura dum vagão da des carga no citado molhe.

Trata-se dum operário consciente, cumpridor dos seus deveres sindicais.

Teatro Nacional

Telefone Norte 3049

AS DUAS METADES

DE

Guilherme Zorzi

com todos os societários e alguns artistas contratados

EDEN TEATRO

ALEGRIA

GRAÇA

E

ESPRÍTO

GRANDE APPARATO

NOTAVEL CONJUNTO

CREMILDA DE OLIVEIRA

Os «compêres» por HENRIQUE ALVES e GUILHERME CAUPERS

GRANDE APPARATO

NOTAVEL CONJUNTO

MARCO POSTAL

TUDO AOS MONTES

Coimbra. — A. S. Januário. — Recebemos 30\$00 de J. P. Leiria.

Funchal. — Limpadores no Serviço de Tração. — Picou a assinatura paga até 22 de Outubro para o que recebemos 9350.

Agenda de ABATALHA

CALENDARIO DE NOVEMBRO

Q.	4	11	18	25	HOJE O SOL
Q.	11	12	19	26	Aparece às 7,26
S.	1	13	20	27	Desaparece às 17,19
S.	8	14	21	28	FASES DA LUA
D.	1	5	15	22	9, C. dia 30 às 8,11
S.	1	6	13	23	Q.M. 8 15,43
T.	1	10	17	24	L.N. 8 16,58
					Q.C. 8 20,06

MARES DE HOJE

Praiamar às 7,13 e às 7,48

Esaixamar às 0,14 e às 0,43

ESPECTACULOS

TEATROS

Nacional. — Às 21—As duas Metades.

São Carlos. — Às 21,30—O Príncipe João.

Às 15—Matiné.

Politeama. — Às 21,30—Espanhais de hoje.

Trindade. — Às 21,15—Madame Pompadour.

Às 15—Recital de Bert Singerman.

Ópera. — Não há espetáculo.

Salão. — Às 21—As Montarias e La Goya.

Brasília. — Às 21,15—O Pão de Ló.

Eden. — Às 21,15—No país de tirismos.

Teatro Vitoria. — Às 20,30 e 21,30—«Rataplan».

Coliseu. — Às 21—Companhia de circo.

Às 14,30—Matiné.

Joaquim de Almeida. — Animatógrafo e variedades.

Salão Toy. — Animatógrafo e Variedades.

Clí. Vicente (à Graca). — Às 20—Animatógrafo.

Teatro Parque. — Tódas as noites. Concertos e diversões.

CINEMAS

Tivoli — Olympia — Central — Condes — Chiado — Terceira — Ideal — Arco Bandeira — Promotora — Esperança — Terceira — Cine Paris.

CONSELHO TÉCNICO

DA

CONSTRUÇÃO CIVIL

Encarrega-se da execução de todos os trabalhos que digam respeito à sua indústria, tais como: edificações, reparações, limpezas, construção de fornos em todos os gêneros, jazigos em todos os gêneros, fogões de sala, xadrez, frentes para estabelecimentos e todos os trabalhos em cantarias e mármore de todas as provinências.

Telefone — 539 Trindade

Escritório:

Calçada do Combro, 38-A, 2.º

Pau santo

e outras madeiras finas, vende-se retalhos a preços convenientes. Neste jornal, se diz, das 14 às 19.

Suplemento semanal ilustrado de "A Batalha"

Encontra-se já à venda o primeiro ano desse interessante semanário, devidamente encadernado, numa óptima capa em percalha ilustrada a cores, por Alonso, contendo um indispensável índice dos variadíssimos assuntos de ordem doutrinária, literária e artística.

O seu preço é: 1 volume com 420 páginas, 45\$00.

Encadernação (por capas e índice), 20\$00.

Capas e índice em separado, 15\$00.

Pedidos de coleções, ou envio destas para encadernação, à administração de A Batalha.

"Educação Social"

Revista de pedagogia e sociologia

Dirigida pelo prof. de ADOLFO LIMA

Publicação mensal

Redação e administração—Empresa Literária Fluminense, Limit. — R. dos Retirozinhos, 125—LISBOA.

A venda na administração de A Batalha.

—Mas o que importa isso?—continuava él. — Que importa abjurá mesmo publicamente? Ajoelhar diante do bispo e dizer-lhe com os lábios: «Confesso o as minhas aparições, as minhas revelações eram mentiras; pequi, tomando vestidos de homem; pequi, fazendo a guerra; pequi, recusando submeter-me ao julgamento da Igreja; e, neste momento, submeto-me, confessando e lamento os meus pecados...»

Porém, Joana, enfraquecida pelos sofrimentos, cansada da luta e sobretodo espantada só com o pensamento de vê seu virginal corpo despidido pelo carrasco e exposto sem véo aos olhares dos homens, Joana, esperando enfim gosar a liberdade, tornar a vê a sua família e acabar a sua missão libertadora, não ouvindo desta vez a inflexível voz da sua honra, fé e consciência, prometeu ao cônego abjurá publicamente no dia seguinte, e submeter-se à Igreja com a condição de ser logo em seguida posta em liberdade.

O cônego saiu e voltou à meia-noite com o promotor e o médico. O promotor jurou solenemente a Joana, em nome do bispo, que seria posta em liberdade logo depois da sua abjuração, e o médico induziu a cativa a tomar uma beberagem ao mesmo tempo cordial e suporífica, porque essa beberagem lhe daria o sono até ao dia seguinte e as forças precisas para a cerimónia expiatória. Joana Darc consentiu em tudo, dizendo consigo:

—Amanhã serei livre e terei escapado a uma vergonha pior que o suplício!

Eis aí, filhos de Joel, porque se levantara no cemitério da abadia de Saint-Audoin esse vasto, cadasfalso, ao qual bem depressa Joana Darc será conduzida para pronunciar a sua abjuração...

Repentinamente ouve-se um rumor longínquo que vai crescendo e anuncia a chegada do cortejo; a multidão aperta-se e torna-se ainda mais compacta nas proximidades do cemitério.

A procissão aproxima-se escoltada por archeiros ingleses.

A frente marcham o cardenal Winchester, vestido



ESTE SEGURO IMPÕE-SE A TODOS OS TRABALHADORES

Todo o operário ou trabalhador por garante aos seus, em caso de morte, um capital de ESC. 5.000\$00 pago imediatamente. Se economizar 58 CENTAVOS POR DIA DURANTE 30 ANOS garante para a sua velhice uma pensão de reforma de ESC. 100\$00 MENSAIS pagos enquanto for vivo.

Operários, trabalhadores, sede previdentes para com as vossas famílias e para com vós mesmos, segurando-vos em

33 CENTAVOS POR DIA garante para a sua velhice uma pensão de reforma de ESC. 100\$00 MENSAIS pagos enquanto for vivo.

Operários, trabalhadores, sede previdentes para com as vossas famílias e para com vós mesmos, segurando-vos em

33 CENTAVOS POR DIA garante para a sua velhice uma pensão de reforma de ESC. 100\$00 MENSAIS pagos enquanto for vivo.

Operários, trabalhadores, sede previdentes para com as vossas famílias e para com vós mesmos, segurando-vos em

33 CENTAVOS POR DIA garante para a sua velhice uma pensão de reforma de ESC. 100\$00 MENSAIS pagos enquanto for vivo.

Operários, trabalhadores, sede previdentes para com as vossas famílias e para com vós mesmos, segurando-vos em

33 CENTAVOS POR DIA garante para a sua velhice uma pensão de reforma de ESC. 100\$00 MENSAIS pagos enquanto for vivo.

Operários, trabalhadores, sede previdentes para com as vossas famílias e para com vós mesmos, segurando-vos em

33 CENTAVOS POR DIA garante para a sua velhice uma pensão de reforma de ESC. 100\$00 MENSAIS pagos enquanto for vivo.

Operários, trabalhadores, sede previdentes para com as vossas famílias e para com vós mesmos, segurando-vos em

33 CENTAVOS POR DIA garante para a sua velhice uma pensão de reforma de ESC. 100\$00 MENSAIS pagos enquanto for vivo.

Operários, trabalhadores, sede previdentes para com as vossas famílias e para com vós mesmos, segurando-vos em

33 CENTAVOS POR DIA garante para a sua velhice uma pensão de reforma de ESC. 100\$00 MENSAIS pagos enquanto for vivo.

Operários, trabalhadores, sede previdentes para com as vossas famílias e para com vós mesmos, segurando-vos em

33 CENTAVOS POR DIA garante para a sua velhice uma pensão de reforma de ESC. 100\$00 MENSAIS pagos enquanto for vivo.

Operários, trabalhadores, sede previdentes para com as vossas famílias e para com vós mesmos, segurando-vos em

33 CENTAVOS POR DIA garante para a sua velhice uma pensão de reforma de ESC. 100\$00 MENSAIS pagos enquanto for vivo.

Operários, trabalhadores, sede previdentes para com as vossas famílias e para com vós mesmos, segurando-vos em

33 CENTAVOS POR DIA garante para a sua velhice uma pensão de reforma de ESC. 100\$00 MENSAIS pagos enquanto for vivo.

Operários, trabalhadores, sede previdentes para com as vossas famílias e para com vós mesmos, segurando-vos em

33 CENTAVOS POR DIA garante para a sua velhice uma pensão de reforma de ESC. 100\$00 MENSAIS pagos enquanto for vivo.

Operários, trabalhadores, sede previdentes para com as vossas famílias e para com vós mesmos, segurando-vos em

33 CENTAVOS POR DIA garante para a sua velhice uma pensão de reforma de ESC. 100\$00 MENSAIS pagos enquanto for vivo.

Operários, trabalhadores, sede previdentes para com as vossas famílias e para com vós mesmos, segurando-vos em

33 CENTAVOS POR DIA garante para a sua velhice uma pensão de reforma de ESC. 100\$00 MENSAIS pagos enquanto for vivo.

Operários, trabalhadores, sede previdentes para com as vossas famílias e para com vós mesmos, segurando-vos em

33 CENTAVOS POR DIA garante para a sua velhice uma pensão de reforma de ESC. 100\$00 MENSAIS pagos enquanto for vivo.

Operários, trabalhadores, sede previdentes para com as vossas famílias e para com vós mesmos, segurando-vos em

33 CENTAVOS POR DIA garante para a sua velhice uma pensão de reforma de ESC. 100\$00 MENSAIS pagos enquanto for vivo.

Operários, trabalhadores, sede previdentes para com as vossas famílias e para com vós mesmos, segurando-vos em

33 CENTAVOS POR DIA garante para a sua velhice uma pensão de reforma de ESC. 100\$00 MENSAIS pagos enquanto for vivo.

Operários, trabalhadores, sede previdentes para com as vossas famílias e para com vós mesmos, segurando-vos em

33 CENTAVOS POR DIA garante para a sua velhice uma pensão de reforma de ESC. 100\$00 MENSAIS pagos enquanto for vivo.

Operários, trabalhadores, sede previdentes para com as vossas famílias e para com vós mesmos, segurando-vos em

33 CENTAVOS POR DIA garante para a sua velhice uma pensão de reforma de ESC. 100\$00 MENSAIS pagos enquanto for vivo.

Operários, trabalhadores, sede previdentes para com as vossas famílias e para com vós mesmos, segurando-vos em

33 CENTAVOS POR DIA garante para a sua velhice uma pensão de reforma de ESC. 100\$00 MENSAIS pagos enquanto for vivo.

Operários, trabalhadores, sede previdentes para com as vossas famílias e para com vós mesmos, segurando-vos em

33 CENTAVOS POR DIA garante para a sua velhice uma pensão de reforma de ESC. 100\$00 MENSAIS pagos enquanto for vivo.

Operários, trabalhadores, sede previdentes para com as vossas famílias e para com vós mesmos, segurando-vos em

33 CENTAVOS POR DIA garante para a sua velhice uma pensão de reforma de ESC. 100\$00 MENSAIS pagos enquanto for vivo.

Operários, trabalhadores, sede previdentes para com as vossas famílias e para com vós mesmos, segurando-vos em

33 CENTAVOS POR DIA garante para a sua velhice uma pensão de reforma de ESC. 100\$00 MENSAIS pagos enquanto for vivo.

Operários, trabalhadores, sede previdentes para com as vossas famílias e para com vós mesmos, segurando-vos em

33 CENTAVOS POR DIA garante para a sua velhice uma pensão de reforma de ESC. 100\$00 MENSAIS pagos enquanto for vivo.

Operários, trabalhadores, sede previdentes para com as vossas famílias e para com vós mesmos, segurando-vos em

33 CENT

A BATALHA

Começa já a ser correspondido o apelo pró-presos feito pelo Comité Confederal. Receberam-se já algumas quantias. O proletariado não deve esquecer as vítimas do arbítrio e da injustiça.

A hospitalização, símbolo dos sentimentos dum povo

Tese para o 1.º Congresso Nacional dos Serviços de Saúde, por J. Martins de Rego

Tratar do problema da hospitalização em Portugal, é empresa difícil, para quem não tem aquela preparação indispensável e completa, não direi nas estatísticas — que não existem — mas, pelo menos, nas informações que se buscam aqui e além, na análise sucinta de factos, que nos permitem demolir para construir obra mais perfeita. Por isso, certo fica que não ireis assistir a um trabalho de demolição sistemática, mas simplesmente a um sonho de construção ideal para ficar no papel, com o único intuito de trazer a este congresso uma fórmula — ainda que vaga — de podermos ser útil à humanidade, quando melhor soubermos compreender a solidariedade que é devida a quem tanta direitos possue, como aqueles que com o dinheiro hoje tudo obtém.

Antes, porém, de entrar no capítulo reconstrutivo da hospitalização, permitam-me a, largos traços, passe em revista o que hoje existe.

* * *

Três centros principais da hospitalização há hoje em Portugal: — Lisboa, Porto e Coimbra. São, podemos afirmá-lo, núcleos de hospitalização criados por imposição de ordem secundária, porquanto se não teve em vista socorrer os enfermos, mas sim, implicitamente, dar expansão à corrente científica que brota das facultades da medicina. E' dura a afirmação, mas é verdadeira, porque o contrário seria o ideal; e não pode, evidentemente, constituir o ideal o que está, visto sabermos que a hospitalização não chega para beneficiar todos que dela precisam. Quantos enfermos perdem à minguar dum a camas que os acolhe com carinho... Quantos por essas recônditas paragens de Portugal ignorado morrem, sem o benefício dum assistência salvadora... Se perscrutarmos porém, estes três centros principais, vemos que só Lisboa possui hospitalização suficiente para a população que lhes incumbiria socorrer. E' suficiente?... Sim, pela acumulação de doen-

tes de todos os cantos do país que cá acometem, em virtude de não haver mais que dê confiança a um tratamento completo da doença.

Não falemos nas povoações várias, por aquela que possuem a sua hospitalização rudimentar por falta de recursos. Fixemos a nossa atenção no Porto e Coimbra.

O Porto, com os seus cinco hospitais administrados pela Santa Casa da Misericórdia e mais uns sete que limitam a sua ação à prodigalidade dos seus subscritores e benefícios particular — nem sempre, por este facto, aptos ao desempenho dos fins utilitários para que foram criados, mercê das despesas formidáveis a que obriga a mais rudimentar fórmula de hospitalização — não bastam para acolher toda a população enferma que busca ali alívio.

Porque, a Santa Casa, não obstante a extensão dos recursos próprios e a exuberância filantropia da segunda cidade do país, tem atravessado perodos de calamitosas expectativas, buscando recursos nas subvenções do Estado, nem sempre prontos, mas sempre regateados para um quantum que não permite vóos para mais largos horizontes. Daí, a restrição inevitável da população doente e o recurso à exploração, que se concebe bem a filantropia do Estado que funda um hospital para tratar enfermos e exige deles o pagamento da despesa feita. E' não compreendemos, porque, cuestando o Estado estas instituições com o produto de contribuições que todos invariavelmente pagam, mas, mais paga, evidentemente, que mais tem, quando a doença lhes bate à porta se pedem proteção, esta só lhes é dada mediante pagamento. Barbarismo!...

Tem de ser, dizem; é a actual fórmula social que, com as diversas castas suas componentes, o exige para decrto dessas mesmas castas. Erro!... Não queremos, nem pretendemos, de momento, acabar com a adivisação da sociedade, não pensamos agora na igualdade social; o que nós queremos, é que os benefícios que o Estado é obrigado

a conceder ao povo, éste os utilize gratuitamente. Pensamos, que se o Estado se consintisse hoje detentor da produção nacional, ele teria de distribuir gratuitamente tudo quanto necessário fosse a cada um para viver. Pensamos, enfim, que na doença o povo tem de ter o tratamento indispensável e gratuito, como sócio que é desta grande instituição de socorro mútuo que se chama Assistência Pública.

Que se lance sobre a riqueza nacional um quantum preciso para organizar, prouficiamente o serviço de proteção à doença, estamos de acordo, porque o que é necessário é que o povo tenha hospital e que neles tenha o acolhimento digno sem mais fórmula do que a constatação da necessidade de hospitalização. Só assim se compreende a dignificação destas instituições e a proficiência do sistema como símbolo de solidariedade e proteção por parte do Estado — aqueles, todos componentes da sociedade, que, com ou sem recursos, no caso estão de usufruir um benefício que lhes pertence por direito próprio, tal como pertence ao funcionário público receber o seu ordenado, mesmo quando o Estado sabe que os seus recursos próprios o tornam independente daquele subsídio.

Que se criem casas de saúde para gáudio da opulência ou do «snobismo», estamos de acordo, que o Estado explore a vaideade e — concedemos mesmo — o frívolo e o superfílio, achamos bem, mas sob fórmula conducente a torná-las independentes daquele sistema geral de hospitalização que defendemos, sob a égide fraternal deste filosófico princípio — *Perante a desgraça todos somos iguais, porque o sofrimento aproxima os indivíduos, unindo-os num mesmo amplo de solidariedade.*

Se é reduzido o número de hospitais espalhados pelo país e se no maior número destes as camas são insuficientes, a forma como são acolhidos os doentes ainda torna mais deficiente a hospitalização. Hospitais que por falta de recursos nem pessoal de enfermagem têm, em que condições lhe é dada entrada os doentes? Tratados pelas próprias famílias vão para ali, ou para prevenir um contágio ou para terem cama mais higiénica, porque a promiscuidade da família não permite, em casa, os seus preceitos mais rudimentares.

A exploração que na generalidade é apatágio da hospitalização em Portugal é outro ponto que nos merece severa repreação. Exploração feita pelo Estado, bem entendido, porque outra coisa não é o pagamento pela hospitalização. De facto, não se concebe bem a filantropia do Estado que funda um hospital para tratar enfermos e exige deles o pagamento da despesa feita.

E' não compreendemos, porque, cuestando o Estado estas instituições com o produto de contribuições que todos invariavelmente pagam, mas, mais paga, evidentemente, que mais tem, quando a doença lhes bate à porta se pedem proteção, esta só lhes é dada mediante pagamento. Barbarismo!...

Tem de ser, dizem; é a actual fórmula social que, com as diversas castas suas componentes, o exige para decrto dessas mesmas castas. Erro!... Não queremos, nem pretendemos, de momento, acabar com a adivisação da sociedade, não pensamos agora na igualdade social; o que nós queremos, é que os benefícios que o Estado é obrigado

a conceder ao povo, éste os utilize gratuitamente. Pensamos, que se o Estado se consintisse hoje detentor da produção nacional, ele teria de distribuir gratuitamente tudo quanto necessário fosse a cada um para viver. Pensamos, enfim, que na doença o povo tem de ter o tratamento indispensável e gratuito, como sócio que é desta grande instituição de socorro mútuo que se chama Assistência Pública.

Que se lance sobre a riqueza nacional um quantum preciso para organizar, prouficiamente o serviço de proteção à doença, estamos de acordo, porque o que é necessário é que o povo tenha hospital e que neles tenha o acolhimento digno sem mais fórmula do que a constatação da necessidade de hospitalização. Só assim se compreende a dignificação destas instituições e a proficiência do sistema como símbolo de solidariedade e proteção por parte do Estado — aqueles, todos componentes da sociedade, que, com ou sem recursos, no caso estão de usufruir um benefício que lhes pertence por direito próprio, tal como pertence ao funcionário público receber o seu ordenado, mesmo quando o Estado sabe que os seus recursos próprios o tornam independente daquele subsídio.

Que se criem casas de saúde para gáudio da opulência ou do «snobismo», estamos de acordo, que o Estado explore a vaideade e — concedemos mesmo — o frívolo e o superfílio, achamos bem, mas sob fórmula conducente a torná-las independentes daquele sistema geral de hospitalização que defendemos, sob a égide fraternal deste filosófico princípio — *Perante a desgraça todos somos iguais, porque o sofrimento aproxima os indivíduos, unindo-os num mesmo amplo de solidariedade.*

Se é reduzido o número de hospitais espalhados pelo país e se no maior número destes as camas são insuficientes, a forma como são acolhidos os doentes ainda torna mais deficiente a hospitalização. Hospitais que por falta de recursos nem pessoal de enfermagem têm, em que condições lhe é dada entrada os doentes? Tratados pelas próprias famílias vão para ali, ou para prevenir um contágio ou para terem cama mais higiénica, porque a promiscuidade da família não permite, em casa, os seus preceitos mais rudimentares.

A exploração que na generalidade é apatágio da hospitalização em Portugal é outro ponto que nos merece severa repreação. Exploração feita pelo Estado, bem entendido, porque outra coisa não é o pagamento pela hospitalização. De facto, não se concebe bem a filantropia do Estado que funda um hospital para tratar enfermos e exige deles o pagamento da despesa feita.

E' não compreendemos, porque, cuestando o Estado estas instituições com o produto de contribuições que todos invariavelmente pagam, mas, mais paga, evidentemente, que mais tem, quando a doença lhes bate à porta se pedem proteção, esta só lhes é dada mediante pagamento. Barbarismo!...

Tem de ser, dizem; é a actual fórmula social que, com as diversas castas suas componentes, o exige para decrto dessas mesmas castas. Erro!... Não queremos, nem pretendemos, de momento, acabar com a adivisação da sociedade, não pensamos agora na igualdade social; o que nós queremos, é que os benefícios que o Estado é obrigado

a conceder ao povo, éste os utilize gratuitamente. Pensamos, que se o Estado se consintisse hoje detentor da produção nacional, ele teria de distribuir gratuitamente tudo quanto necessário fosse a cada um para viver. Pensamos, enfim, que na doença o povo tem de ter o tratamento indispensável e gratuito, como sócio que é desta grande instituição de socorro mútuo que se chama Assistência Pública.

Que se lance sobre a riqueza nacional um quantum preciso para organizar, prouficiamente o serviço de proteção à doença, estamos de acordo, porque o que é necessário é que o povo tenha hospital e que neles tenha o acolhimento digno sem mais fórmula do que a constatação da necessidade de hospitalização. Só assim se compreende a dignificação destas instituições e a proficiência do sistema como símbolo de solidariedade e proteção por parte do Estado — aqueles, todos componentes da sociedade, que, com ou sem recursos, no caso estão de usufruir um benefício que lhes pertence por direito próprio, tal como pertence ao funcionário público receber o seu ordenado, mesmo quando o Estado sabe que os seus recursos próprios o tornam independente daquele subsídio.

Que se criem casas de saúde para gáudio da opulência ou do «snobismo», estamos de acordo, que o Estado explore a vaideade e — concedemos mesmo — o frívolo e o superfílio, achamos bem, mas sob fórmula conducente a torná-las independentes daquele sistema geral de hospitalização que defendemos, sob a égide fraternal deste filosófico princípio — *Perante a desgraça todos somos iguais, porque o sofrimento aproxima os indivíduos, unindo-os num mesmo amplo de solidariedade.*

Se é reduzido o número de hospitais espalhados pelo país e se no maior número destes as camas são insuficientes, a forma como são acolhidos os doentes ainda torna mais deficiente a hospitalização. Hospitais que por falta de recursos nem pessoal de enfermagem têm, em que condições lhe é dada entrada os doentes? Tratados pelas próprias famílias vão para ali, ou para prevenir um contágio ou para terem cama mais higiénica, porque a promiscuidade da família não permite, em casa, os seus preceitos mais rudimentares.

A exploração que na generalidade é apatágio da hospitalização em Portugal é outro ponto que nos merece severa repreação. Exploração feita pelo Estado, bem entendido, porque outra coisa não é o pagamento pela hospitalização. De facto, não se concebe bem a filantropia do Estado que funda um hospital para tratar enfermos e exige deles o pagamento da despesa feita.

E' não compreendemos, porque, cuestando o Estado estas instituições com o produto de contribuições que todos invariavelmente pagam, mas, mais paga, evidentemente, que mais tem, quando a doença lhes bate à porta se pedem proteção, esta só lhes é dada mediante pagamento. Barbarismo!...

Tem de ser, dizem; é a actual fórmula social que, com as diversas castas suas componentes, o exige para decrto dessas mesmas castas. Erro!... Não queremos, nem pretendemos, de momento, acabar com a adivisação da sociedade, não pensamos agora na igualdade social; o que nós queremos, é que os benefícios que o Estado é obrigado

a conceder ao povo, éste os utilize gratuitamente. Pensamos, que se o Estado se consintisse hoje detentor da produção nacional, ele teria de distribuir gratuitamente tudo quanto necessário fosse a cada um para viver. Pensamos, enfim, que na doença o povo tem de ter o tratamento indispensável e gratuito, como sócio que é desta grande instituição de socorro mútuo que se chama Assistência Pública.

Que se lance sobre a riqueza nacional um quantum preciso para organizar, prouficiamente o serviço de proteção à doença, estamos de acordo, porque o que é necessário é que o povo tenha hospital e que neles tenha o acolhimento digno sem mais fórmula do que a constatação da necessidade de hospitalização. Só assim se compreende a dignificação destas instituições e a proficiência do sistema como símbolo de solidariedade e proteção por parte do Estado — aqueles, todos componentes da sociedade, que, com ou sem recursos, no caso estão de usufruir um benefício que lhes pertence por direito próprio, tal como pertence ao funcionário público receber o seu ordenado, mesmo quando o Estado sabe que os seus recursos próprios o tornam independente daquele subsídio.

Que se criem casas de saúde para gáudio da opulência ou do «snobismo», estamos de acordo, que o Estado explore a vaideade e — concedemos mesmo — o frívolo e o superfílio, achamos bem, mas sob fórmula conducente a torná-las independentes daquele sistema geral de hospitalização que defendemos, sob a égide fraternal deste filosófico princípio — *Perante a desgraça todos somos iguais, porque o sofrimento aproxima os indivíduos, unindo-os num mesmo amplo de solidariedade.*

Se é reduzido o número de hospitais espalhados pelo país e se no maior número destes as camas são insuficientes, a forma como são acolhidos os doentes ainda torna mais deficiente a hospitalização. Hospitais que por falta de recursos nem pessoal de enfermagem têm, em que condições lhe é dada entrada os doentes? Tratados pelas próprias famílias vão para ali, ou para prevenir um contágio ou para terem cama mais higiénica, porque a promiscuidade da família não permite, em casa, os seus preceitos mais rudimentares.

A exploração que na generalidade é apatágio da hospitalização em Portugal é outro ponto que nos merece severa repreação. Exploração feita pelo Estado, bem entendido, porque outra coisa não é o pagamento pela hospitalização. De facto, não se concebe bem a filantropia do Estado que funda um hospital para tratar enfermos e exige deles o pagamento da despesa feita.

E' não compreendemos, porque, cuestando o Estado estas instituições com o produto de contribuições que todos invariavelmente pagam, mas, mais paga, evidentemente, que mais tem, quando a doença lhes bate à porta se pedem proteção, esta só lhes é dada mediante pagamento. Barbarismo!...

Tem de ser, dizem; é a actual fórmula social que, com as diversas castas suas componentes, o exige para decrto dessas mesmas castas. Erro!... Não queremos, nem pretendemos, de momento, acabar com a adivisação da sociedade, não pensamos agora na igualdade social; o que nós queremos, é que os benefícios que o Estado é obrigado

a conceder ao povo, éste os utilize gratuitamente. Pensamos, que se o Estado se consintisse hoje detentor da produção nacional, ele teria de distribuir gratuitamente tudo quanto necessário fosse a cada um para viver. Pensamos, enfim, que na doença o povo tem de ter o tratamento indispensável e gratuito, como sócio que é desta grande instituição de socorro mútuo que se chama Assistência Pública.

Que se lance sobre a riqueza nacional um quantum preciso para organizar, prouficiamente o serviço de proteção à doença, estamos de acordo, porque o que é necessário é que o povo tenha hospital e que neles tenha o acolhimento digno sem mais fórmula do que a constatação da necessidade de hospitalização. Só assim se compreende a dignificação destas instituições e a proficiência do sistema como símbolo de solidariedade e proteção por parte do Estado — aqueles, todos componentes da sociedade, que, com ou sem recursos, no caso estão de usufruir um benefício que lhes pertence por direito próprio, tal como pertence ao funcionário público receber o seu ordenado, mesmo quando o Estado sabe que os seus recursos próprios o tornam independente daquele subsídio.

Que se criem casas de saúde para gáudio da opulência ou do «snobismo», estamos de acordo, que o Estado explore a vaideade e — concedemos mesmo — o frívolo e o superfílio, achamos bem, mas sob fórmula conducente a torná-las independentes daquele sistema geral de hospitalização que defendemos, sob a égide fraternal deste filosófico princípio — *Perante a desgraça todos somos iguais, porque o sofrimento aproxima os indivíduos, unindo-os num mesmo amplo de solidariedade.*

Se é reduzido o número de hospitais espalhados pelo país e se no maior número destes as camas são insuficientes, a forma como são acolhidos os doentes ainda torna mais deficiente a hospitalização. Hospitais que por falta de recursos nem pessoal de enfermagem têm, em que condições lhe é dada entrada os doentes? Tratados pelas próprias famílias vão para ali, ou para prevenir um contágio ou para terem cama mais higiénica, porque a promiscuidade da família não permite, em casa, os seus preceitos mais rudimentares.

A exploração que na generalidade é apatágio da hospitalização em Portugal é outro ponto que nos merece severa repreação. Exploração feita pelo Estado, bem entendido, porque outra coisa não é o pagamento pela hospitalização. De facto, não se concebe bem a filantropia do Estado que funda um hospital para tratar enfermos e exige deles o pagamento da despesa feita.

E' não compreendemos, porque, cuestando o Estado estas instituições com o produto de contribuições que todos invariavelmente pagam, mas, mais paga, evidentemente, que mais tem, quando a doença lhes bate à porta se pedem proteção, esta só lhes é dada mediante pagamento. Barbarismo!...

Tem de ser, dizem; é a actual fórmula social que, com as diversas castas suas componentes, o exige para decrto dessas mesmas castas. Erro!... Não queremos, nem pretendemos, de momento, acabar com a adivisação da sociedade, não pensamos agora na igualdade social; o que nós queremos, é que os benefícios que o Estado é obrigado

a conceder ao povo, éste os utilize gratuitamente. Pensamos, que se o Estado se consintisse hoje detentor da produção nacional, ele teria de distribuir gratuitamente tudo quanto necessário fosse a cada um para viver. Pensamos, enfim, que na doença o povo tem de ter o tratamento indispensável e gratuito, como sócio que é desta grande instituição de socorro mútuo que se chama Assistência Pública.

Que se lance sobre a riqueza nacional um quantum preciso para organizar, prouficiamente o serviço de proteção à doença, estamos de acordo, porque o que é necessário é que o povo tenha hospital e que neles tenha o acolhimento digno sem mais fórmula do que a constatação da necessidade de hospitalização. Só assim se compreende a dignificação destas instituições e a proficiência do sistema como símbolo de solidariedade e proteção por parte do Estado — aqueles, todos componentes da sociedade, que, com ou sem recursos, no caso estão de usufruir um benefício que lhes pertence por direito próprio, tal como pertence ao funcionário público receber o seu ordenado, mesmo quando o Estado sabe que os seus recursos próprios o tornam independente daquele subsídio.

Que se criem casas de saúde para gáudio da opulência ou do «snobismo», estamos de acordo, que o Estado explore a vaideade e — concedemos mesmo — o frívolo e o superfílio, achamos bem, mas sob fórmula conducente a torná-las independentes daquele sistema geral de hospitalização que defendemos, sob a égide fraternal deste filosófico princípio — *Perante a desgraça todos somos iguais, porque o sofrimento aproxima os indivíduos, unindo-os num mesmo amplo de solidariedade.*

Se é reduzido o número de hospitais espalhados pelo país e se no maior número destes as camas são insuficientes, a forma como são acolhidos os doentes ainda torna mais deficiente a hospitalização. Hospitais que por falta de recursos nem pessoal de enfermagem têm, em que condições lhe é dada entrada os doentes? Tratados pelas próprias famílias vão para ali, ou para prevenir um contágio ou para terem cama mais higiénica, porque a promiscuidade da família não permite, em casa, os seus preceitos mais rudimentares.

A exploração que na generalidade é apatágio da hospitalização em Portugal é outro ponto que nos merece severa repreação. Exploração feita pelo Estado, bem entendido, porque outra coisa não é o pagamento pela hospitalização. De facto, não se concebe bem a filantropia do Estado que funda um hospital para tratar enfermos e exige deles o pagamento da despesa feita.

E' não compreendemos, porque, cuestando o Estado estas instituições com o produto de contribuições que todos invariavelmente pagam, mas, mais paga, evidentemente, que mais tem, quando a doença lhes bate à porta se pedem proteção, esta só lhes é dada mediante pagamento. Barbarismo!...</p